



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17699 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
 ISSN: 2595-7945
 GT 10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES ALFABETIZADORES

Leni Rocha Mairink - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Dania Monteiro Vieira Costa - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES ALFABETIZADORES

Na presente pesquisa (em andamento) intencionamos, inicialmente, desenvolver um diálogo com as produções acadêmicas que analisaram o Pró-Letramento: Mobilização pela Qualidade da Educação e o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). A escolha por esses dois programas está relacionada ao recorte histórico — 2003 a 2012 — considerando que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) estabeleceram esse período como “A Década das Nações Unidas para a alfabetização”, quando esse organismo internacional preconizava a intensificação e/ou o combate ao analfabetismo e a promoção de uma educação de qualidade para crianças, jovens e adultos. Assim, esses dois programas foram criados nesse período (na década da alfabetização), o Pró-letramento em 2005 e o PNAIC em 2012, implantado em 2013. Esses programas de formação de professores alfabetizadores foram produzidos no contexto de implementação de políticas neoliberais no campo da educação, principalmente, a partir da década de 1990.

Nesse contexto, Gontijo (2022) adverte que, no espaço de formulação das políticas, as práticas pedagógicas também se tornaram justificativa para investir em programas de formação dos professores, ao atribuir-se que “[...] o fracasso escolar na alfabetização, traduz-se na frequente responsabilização dos docentes, ou seja, na visão de que o despreparo das professoras alfabetizadoras era dos principais obstáculos para a melhoria do desempenho das crianças em leitura e escrita” (Gontijo, 2022, p. 34).

Feitas essas considerações à respeito do problema de estudo, ressaltamos que a pesquisa, como dito, tem por objetivo por meio de um estudo bibliográfico-documental analisar as produções acadêmicas que têm discutido e/ou avaliado os programas de formação continuada de professores alfabetizadores, a saber Pró-Letramento e o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), em diálogo com as diretrizes da OCDE e a Unesco. Para isso, elegemos como base epistemológica para subsidiar a pesquisa a concepção enunciativa discursiva de linguagem bakhtiniana. Nessa perspectiva, o pensador russo Mikhail Bakhtin considerou a linguagem como ideológica e vivencial, perpassando todas as classes sociais.

Nessa esteira discursiva, Fiorin (2009, p. 153) afirma que todas as “[...] instituições tornam-se lugares de poder”, ou seja, expressar-se livremente não é um direito natural de todos, porque, para ele, as relações de poder, desde as mais íntimas (familiares) até as mais abrangentes/complexas (Estado), tentam exercer um controle sobre o modo como as vozes são expressas e representadas em sociedade. Diante desses apontamentos, inferimos que as produções acadêmicas e os documentos dos organismos internacionais (OI) com quais propomos dialogar têm muito a nos dizer sobre os pressupostos ideológicos que envolvem a educação. Desse modo, pensar as políticas públicas de formação continuada tomando a abordagem bakhtiniana como metodologia de análise significa desenvolver uma reflexão crítica sobre as relações de poder incorporadas nos discursos que constituem essas políticas.

Nessa perspectiva, concluímos provisoriamente, que as produções acadêmicas sobre o Pró-Letramento, PNAIC e os documentos produzidos pela OCDE e Unesco constituem enunciados importantes para fomentar as discussões de formação continuada, no entanto, pouco se discute a alfabetização como uma prática eminentemente social e geradora de sentidos, concebendo-a como uma técnica de codificação e decodificação no processo de ensino.

Por fim, acreditamos que discutir as perspectivas apresentadas nas produções acadêmicas (estudo bibliográfico) que analisam o impacto desses programas nas práticas educativas desenvolvidas na alfabetização, entre outras questões, como dialogar sobre as concepções de alfabetização e as propostas metodológicas desses programas em diálogo com as diretrizes da OCDE e Unesco poderá contribuir para ampliação dos estudos no campo da alfabetização.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Alfabetização, Formação continuada de alfabetizadores, PNAIC, Pró-Letramento.

REFERÊNCIA

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Prefácio à edição francesa Todorov Tzvetan. Introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Biblioteca Universal).

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto

Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. **Diário Oficial de União**, Brasília, 5 jul. 2012. Seção 1, p. 22. Disponível em: <https://diariofiscal.com.br/ZpNbw3dk20XgIKXVGacL5NS8haIoH5PqbJKZaawfaDwCm/legis> Acesso em: 5 abr. 2024.

BRASIL. Pró-Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e linguagem. – Ed. rev. e ampla. Brasília: **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica**, 2008. 364 p.

FIORIN, José Luiz. Língua, discurso e política. **Alea**, v. 11, n. 1, p. 148-165, jan./jun. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-106X2009000100012>. Acesso em: 5 abr. 2024.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. Políticas públicas de alfabetização no Brasil. **Revista Brasileira de Alfabetização**, [S. l.], n. 16, p. 33–43, 2022. DOI: 10.47249/rba2022586. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/586>. Acesso em: 8 ago. 2024.